

## Discursos sobre la diversidad en el Currículo Bahia

### Discursos sobre a diversidade no Currículo Bahia

### Discourses of diversity in Bahia Curriculum

Jéssica Gomes das Mercês Costa<sup>1</sup>  
Edinaldo Medeiros Carmo<sup>2</sup>  
Sandra Escovedo Selles<sup>3</sup>

#### Resumen

El objetivo de este artículo es reconocer los discursos acerca de la diversidad en el Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB). Las políticas públicas son producidas por interacciones y debates entre el Estado, la sociedad y el mercado. Así, en Brasil, las actuales discusiones sobre políticas educacionales culminaron en la Base Nacional Común Curricular, un documento de carácter prescriptivo, el cual tiene el objetivo de alinear todas las políticas y acciones educativas. Por intermedio de la BNCC, se ha desarrollado el texto secundario DCRB, a través del cual se ha hecho una relectura de la política nacional para el contexto baiano. De este modo, el Currículo Bahia amplía la gama de conocimientos para una formación integral de los estudiantes, la cual se opone a la propuesta homogeneizante de la BNCC. Entre los conocimientos adheridos por el DCRB están las discusiones acerca de las cuestiones de género y sexualidad y las relaciones étnico-raciales. A través de su inclusión en las clases de Ciencias y Biología, este enfoque puede permitir la formación integral y humana de los estudiantes y ciudadanos críticos, conscientes y anhelantes por una sociedad diversa y equitativa.

**Palabras clave:** Enseñanza de Ciencias. Género. Sexualidad. Relaciones Étnico-Raciales.

#### Resumo

O objetivo deste artigo é reconhecer os discursos sobre a diversidade no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB). As políticas públicas são produzidas por interações e debates entre o Estado, a sociedade e o mercado. Assim, no Brasil, as discussões atuais sobre políticas educacionais culminaram na Base Nacional Comum Curricular, um documento de caráter prescriptivo que apresenta como objetivo alinhar todas as políticas e ações educativas. Por intermédio da BNCC, o texto secundário

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – FEUFF. E-mail: [jessicaa.merces@hotmail.com](mailto:jessicaa.merces@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Brasil. [medeirosed@uesb.edu.br](mailto:medeirosed@uesb.edu.br)

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – FEUFF. E-mail: [escovedoselles@gmail.com](mailto:escovedoselles@gmail.com)



DCRB foi desenvolvido, através do qual se fez uma releitura da política nacional para o contexto baiano. Desta forma, o Currículo Bahia amplia a gama de conhecimentos para uma formação integral dos estudantes que vai contra a proposta homogeneizante da BNCC. Entre os conhecimentos aderidos pelo DCRB estão as discussões acerca das questões de gênero e sexualidade e as relações étnico-raciais. Por meio de sua inclusão em aulas de Ciências e Biologia, este enfoque pode permitir a formação integral e humana dos estudantes e cidadãos críticos, conscientes e desejosos de uma sociedade diversa e equânime.

**Palavras-chaves:** Ensino de Ciências. Gênero. Sexualidade. Relações Étnico-Raciais.

### Abstract

This paper aims to recognize the discourses of diversity in Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB (State of Bahia Reference Curriculum Document). The public policies are produced by State, society, and market interaction. Thus, in Brazil, the current debates on educational policies resulted in the National Common Core Curriculum (BNCC), a prescriptive document that aims to align the educational policies and initiatives. The secondary text, DCRB, was produced from BNCC and is a re-reading of the policy for Bahia's context. For this purpose, the DCRB expands the knowledge spectrum to an integral education that diverts from the homogenizing model proposed by BNCC. The Bahia Curriculum appended, in its proposal, the debate about gender and sexuality issues and ethnic-racial relations. Through its inclusion in science and biology classes, these themes of debate in education may enable a complete and integral education to promote critical thinking citizens who are aware and enthusiastic about a diverse and equitable society.

**Key words:** Science education. Gender. Sexuality. Ethnic-Racial Relations.

### Introdução

No Brasil, como em diversos países do mundo, se vivencia um momento de intensas mudanças nas políticas educacionais, as quais tencionam promover reformas para resolver supostos problemas da educação. Para Stephen Ball, as políticas educacionais, enquanto texto, apresentam as diversas influências, agendas, intenções e negociações na formulação da política; como discurso, representam a interpretação dos textos, estabelecendo limites ou legitima algumas vozes (Mainardes, 2006).

Destarte, as políticas são disputas para a propagação de discursos, e para isso, uma série de agentes buscam fixá-los nos documentos oficiais. Dessa forma, cabem questionamentos sobre quais entidades têm selecionado e estabelecido os conhecimentos presentes nas políticas educacionais, ainda mais considerando a crescente influência de grupos ligados ao empresariado, globalmente e no território brasileiro, que em parceria com os governos têm atuado no campo da Educação (Costa, 2021).



Assim, pensar a definição de conteúdo básico para um currículo nacional em um país de território continental como o Brasil é preocupante e, no limite, contraditório. De acordo com Borba et al. (2019), o Estado laico está ameaçado e isso prejudica o processo de ensino e aprendizagem equânime. Na elaboração da política as especificidades e desigualdades no Brasil precisam ser consideradas a partir de diferentes perspectivas.

Ao considerar esse contexto, a proposta de uma base nacional não é recente, ela é apresentada em diversos documentos oficiais brasileiros desde a Constituição Federal de 1988 até as metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Além disso, também há organismos nacionais e internacionais e institutos privados que se oportunizam de uma política nacional para a propagação de seus discursos (Costa, 2021). O que culminou na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC prescreve uma organização curricular pautada na pedagogia das competências e habilidades e promove discursos de homogeneidade, através da reprodução de conteúdo preestabelecido. Dessa forma, propaga os valores e os interesses do mercado de trabalho e intenciona a formação de indivíduos que atendam a estas demandas. Além disso, a BNCC materializou muitos discursos advindos dos movimentos neopentecostais e, ao tecer fortes vínculos com eles, culminou em excluir ou invisibilizar a discussão de temáticas sobre as questões de gênero e sexualidade, relações étnico-raciais e abordagens de conteúdos (Teoria da Evolução, Meio Ambiente e Saúde) que dizem respeito ao ensino de Ciências.

A promoção de uma perspectiva universalista é uma tentativa de silenciar culturas subalterna, omitindo a diferença, para a fixação de um discurso global (Macedo, 2006). Ao considerar que o processo de idealização e produção da Base foi regulado, principalmente, por grupos neoliberais e grupos neopentecostais se explica as características universalistas e conservadoras que permeiam este documento (Costa, 2021). Entretanto, é relevante enfatizar o caráter heterogêneo do campo do currículo, marcado pelas disputas de poder e pelos processos de resistências dos subalternos.

Dessa forma, também é relevante observar as releituras da BNCC em determinados territórios fora do governo central. Neste trabalho, especificamente, focalizamos o estado da Bahia e a produção do Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB). Assim, ele busca discernir os discursos sobre diversidade presentes no Currículo Bahia, sob a perspectiva teórico-metodológica da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball.

### **Diversidade, diferença e inclusão no Currículo Bahia**

O DCRB é uma releitura da BNCC para o estado baiano, e apresenta como objetivo “[...] assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes do território estadual, em toda a Educação Básica” (Bahia, 2019, p. 13). Como a pedagogia das competências é um discurso limitante, mas presente na BNCC, o Currículo Bahia também se configura nessa concepção. Nele, porém, são acrescentadas algumas habilidades e temas integradores que buscam contextualizar o território baiano,



podendo expandir as perspectivas de formação dos estudantes e de produção de conhecimentos e culturas pelo currículo escolar.

A produção de cultura por parte do currículo se constitui por meio de diferentes elementos, como as questões de raça, classe, gênero, sexualidade etc. A depender da intensidade desses elementos, o currículo pode promover a igualdade para as diferenças ou as silenciar por meio da exclusão. Uma vez que o currículo não é apenas um espaço de disputa das diferentes culturas, mas um espaço-tempo de interação entre elas, tal interação é permeada por tentativas de invisibilidade e fixação de uma dada norma cultural (Macedo, 2006).

É nessa perspectiva de abordagem que o Currículo Bahia se distancia da BNCC, pois nele “[...] a aprendizagem e sua mediação devem ser pensadas a partir da valorização compartilhada do ato de aprender, porque nem toda aprendizagem é boa e, portanto, deve ser perspectivada como construção socialmente referenciada” (Bahia, 2019, p. 34). Para isso, a ressonância metodológica dessa aprendizagem deve acontecer

[...] numa perspectiva inclusiva, que envolve as relações étnico-raciais, de gênero, regional, linguística e religiosa, contemplando as dimensões da integralidade e da identidade/diferença, que se referem ao pertencimento e empoderamento das singularidades humanas e inovação [...] (Bahia, 2019, p. 34).

Diante disso, o DCRB propõe o debate de temas emergentes configurados em temas integradores, os quais demonstram importância política, social e pedagógica essenciais para uma aprendizagem humanitária, não violenta e respeitosa (Costa, 2021).

Assim, são propostos no documento baiano nove temas integradores: *Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade*, *Educação para as Relações Étnico-Raciais*, *Educação em Direitos Humanos*, *Educação Ambiental*, *Educação Financeira e para Consumo*, *Educação Fiscal*, *Saúde na Escola*, *Educação para o Trânsito* e *Cultura Digital* (Bahia, 2019). Ao ter em vista o foco deste trabalho, discursos sobre diversidade, a discussão se concentra nos dois primeiros temas integradores supracitados, os quais estão intimamente relacionados ao ensino de Ciências/Biologia, por serem discussões que atravessam o conteúdo deste componente curricular.

Na BNCC os temas relativos à diversidade foram tolhidos ao longo das variadas versões do documento, alguns deles foram completamente excluídos da versão homologada. Isso ocorreu devido às lutas travadas pelos diferentes grupos e pela manutenção dos interesses e discursos neoliberais e conservadores. Para Macedo (2017, p. 517) “[...] o potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários – de raça, gênero e sexualidade – que, ainda timidamente, têm conquistado algum espaço”.

De acordo com Silva (2019), a diversidade é uma das bases para uma educação pós-crítica e fortemente coibida nas discussões escolares tradicionais. Assim, no DCRB, as



perspectivas de diversidade que abordam a Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais são englobadas no Tema Integrador Educação para a Diversidade, mas discutidas individualmente (Bahia, 2019).

O documento baiano defende o debate sobre gênero e sexualidade, diante da indissociabilidade desses elementos com o ser humano em suas diversas dimensões (física, psicológica, social, cultural, sentimental, etc.). A formação humana e integral dos estudantes depende da compreensão e discussão de tudo que constitui a existência humana e seu envolvimento na sociedade. Assim, sugere rupturas com a perspectiva conservadora e autoritária da educação (Nascimento et al., 2010). Para isso, é importante a discussão dos conceitos básicos (psicológicos, culturais, sociais etc.) que envolvem as questões de gênero e sexualidade e se estendam para além das questões biológicas apresentadas nas aulas de Ciências/Biologia.

Ao discutir essa temática no âmbito brasileiro é interessante lembrar a mobilização do Movimento Escola sem Partido, cuja finalidade é propagar discursos conservadores que exaltam valores religiosos cristãos e de uma suposta família tradicional (Macedo, 2017). No campo da política, este movimento é representado por senadores e deputados evangélicos, alguns deles pastores. Estes sujeitos propuseram e fizeram tramitar, por todo o território nacional, vários Projetos de Leis (PL nº 8099/2014; PL nº 867/2015; PL nº 1859/2015; PL nº 5336/2016) cuja finalidade é propagar uma ideia de neutralidade política, ideológica e religiosa na educação (Costa, 2021).

Além disso, atrelado ao cerceio de temáticas importantes para o desenvolvimento dos estudantes, alguns desses PL apresentam ameaças aos professores que descumprirem a suposta neutralidade, configurando uma forma de engessar a prática docente e despojar os professores de sua autonomia na discussão de temas gerais e comuns à vida humana que, entretanto, não agradam a determinados grupos hegemônicos. Ademais, vale ressaltar que são temas que estavam presentes no conteúdo do currículo oficial, mas têm sido embargados conforme avançam as movimentações conservadoras.

De acordo com o DCRB, educar para as relações de gênero e sexualidade permite desenvolver o

[...] respeito às identidades de gênero e sexualidade, dimensões inerentes à pessoa humana, sem com isso incorrer em práticas discriminatórias e de violações associadas aos modos de ser, existir e fruir a sexualidade individual e entre pares. Tais identidades são dimensões, inexoravelmente, humanas (Bahia, 2019, p. 76).

No que diz respeito às relações étnico-raciais, no Brasil, desde os anos 2000, esse debate passou a ser legislado na sociedade e na escola. As discussões de raça e etnia fazem parte do ensino de Ciências/Biologia, uma vez que são conceitos discutidos a partir de diferentes aspectos. Entretanto, é necessário que o debate se dê para além do biológico, pois são conceitos polissêmicos que necessitam de diálogo com as perspectivas sociais, culturais políticas, territoriais etc. que envolvem a temática.



O Currículo Bahia enfatiza a relevância destas discussões, uma vez que o tema integrador Educação para as Relações Étnico-Raciais é um importante instrumento para a desconstrução do racismo estrutural vigente na sociedade. Para isso, o documento enfatiza a “[...] valorização e (re)conhecimento das produções culturais, científicas, literárias e tecnológicas africanas, afro-brasileira, indígenas, dos povos itinerantes, como os ciganos, entre outros grupos sociais que transitam o universo escolar” (Bahia, 2019, 79).

Ao considerar a produção de política como um processo social, é relevante mencionar que as relações étnico-raciais também foram afetadas por investidas conservadoras na produção da BNCC (Costa, 2021). Segundo Borba et al. (2019), o avanço do reacionarismo e do conservadorismo no campo político, social e educacional promoveu um apagamento da discussão dessa temática no que tange à discriminação e perseguição aos praticantes de religiões que não são judaico-cristãs, principalmente aquelas de matriz africana.

Portanto, vale considerar que o debate sobre as relações étnico-raciais não se circunscreve ao debate sobre raça e o processo educativo deve discutir a história do povo brasileiro, os processos de inferiorização, invisibilização e exclusão de seus representantes. Além disso, deve problematizar as questões de gênero, sexualidade, luta de classes, produção de cultura, envolver o sistema prisional etc. e apontar a hegemonia branca e classista estabelecida na sociedade, suas causas e consequências.

Nessa perspectiva, o DCRB se propõe a incorporar a diversidade em toda sua complexidade, compreendendo a educação como importante ferramenta para eliminação das discriminações e emancipação de grupos historicamente inferiorizados e promover a valorização das diferentes culturas, sujeitos e conhecimentos (Bahia, 2019).

### **Considerações finais**

Os temas integradores presentes no DCRB e discutidos nesse trabalho se desenvolvidos no ambiente escolar, podem ampliar o espectro de conhecimentos relevantes para a formação de cidadãos críticos, conscientes de si mesmo e da sociedade na qual vivem, cômicos dos seus direitos e deveres e respeitosos às diferenças ideológicas, sociais, econômicas e à diversidade étnico-racial, de gênero e sexualidade.

Estes são temas relevantes para o ensino de Ciências/Biologia, pois, são questões que atravessam a vida e a vivência humana para além das questões anátomo fisiológicas. Portanto, a abordagem reflexiva dessas temáticas pode proporcionar a compreensão da complexidade da existência e da diversidade.

O Currículo Bahia, como texto, reconhece a escola como produtora de conhecimentos e cultura e enfatiza a importância de que novas temáticas sejam desenvolvidas e debatidas de acordo com as especificidades de cada território e espaço escolar para que a aprendizagem seja dotada de sentido e significado. Anuncia, portanto, expectativas de



uma educação democrática e humanista que, entretanto, aguardam o correr das experiências escolares para efetivar as mudanças propostas.

### Referências

Bahia. (2019). *Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental*. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Borba, R. C. N., Andrade, M. C. P. & Selles, S. (2019) E. Ensino de Ciências e Biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. 5(2), 144-162. <https://doi.org/10.12957/riae.2019.44845>

Costa, J. G. M. (2021). *Os contextos de influência e produção da Base Nacional Comum Curricular: um enfoque na disciplina escolar Ciências*. 2021. 166f. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia]. <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2021/04/J%C3%89SSICA-GOMES-DAS-MERC%C3%8AS-COSTA.pdf>

Macedo, E. (2006). Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 11(32), 285-296. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200007>

Macedo, E. (2017). As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, Campinas, 38(139). <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177445>

Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*. 27(94), 47-69. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>

Nascimento, F., Fernandes, H. L. & Mendonça. V. M. (2010). O ensino de Ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais. *Revista HISTEDBR On-line*. 39, 225-249. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i39.8639728>

Silva, T. T. (2019). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed.; 11. reimp. Belo Horizonte: Autêntica.

